

XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação

GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS: DA INTERVENÇÃO À INCORPORAÇÃO NO MUSEU

***ARCHAEOLOGICAL COLLECTIONS MANAGEMENT: FROM INTERVENTION TO
INCORPORATION IN THE MUSEUM***

Luciana Messeder Ballardo - Docente do Departamento de Museologia/UFBA e Doutoranda do PPG-PMUS – UNIRIO/MAST

Elizabete de Castro Mendonça - Docente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e do PPG-PMUS – UNIRIO/MAST

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta pesquisa está inserida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMUS-UNIRIO) como parte da investigação de doutorado intitulada “Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica” e infere que o sistema de numeração no âmbito arqueológico pode contribuir substancialmente para a gestão de coleções. Essa proposição inicia as ponderações sobre como são elaborados os sistemas de numeração e os possíveis impactos na gestão de coleções arqueológicas, com o intuito de traçar aproximações entre as intervenções de campo e os documentos institucionais que regem a incorporação do material arqueológico. Consideram-se os métodos e os critérios adotados pelos coordenadores das pesquisas, a organização espacial dos sítios, a elaboração do sistema numérico arqueológico e posterior adequação às normas institucionais. A abordagem parte do processo de pesquisa para a criação do sistema numérico na esfera arqueológica através do estudo de caso das coleções incorporadas pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Previamente, torna-se perceptível que o sistema de numeração arqueológico pode servir de base para a gestão de informação das coleções, no entanto faz-se necessária uma estreita articulação entre os parâmetros documentais relacionados a Arqueologia e a Museologia.

Palavras-Chave: Gestão de coleções; Patrimônio arqueológico; Museu Joaquim Felizardo.

Abstract: This research is part of the PhD project entitled "Management of museum archaeological collections: from field methods to museological documentation" linked to PPGMUS-UNIRIO and infers that the archaeological numbering system can contribute substantially to the collections management. This proposition initiates considerations on how numbering systems are designed and their possible impacts on the archaeological collections management, in order to draw approximations between field interventions and the institutional documents governing the incorporation of the archaeological material. The methods and criteria adopted by the research coordinators, the archaeological sites spatial organization, the archaeological numerical system elaboration and their subsequent adaptation to institutional norms are considered. The approach begins with the archaeological research process for the numerical system creation in the archaeological sphere through the case study of the collections incorporated by the Porto Alegre Museum Joaquim Felizardo. Initially, it becomes apparent that the archaeological numbering system

can serve as the basis for the collections management information, however a close articulation between the documentary parameters related to Archeology and Museology is necessary.

Keywords: Collections management; Archaeological heritage; Museu Joaquim Felizardo.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa de doutoramento “Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMUS-UNIRIO) sob orientação da Profa. Dra. Elizabete Mendonça, avançou¹ para a fase de pesquisa de campo, que nesse primeiro momento ocorreu no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Nesta etapa, focada na documentação arqueológica² das coleções ingressadas na instituição no período de 2008 a 2017, o objetivo é analisar como são elaborados os sistemas de numeração arqueológicos, visando a especificar como podem afetar a gestão de coleções. Dessa forma, foram identificados os métodos e critérios que os coordenadores aplicaram às pesquisas, a organização espacial do sítio arqueológico durante as intervenções³ e as articulações desses aspectos com as diretrizes institucionais para a documentação das coleções arqueológicas.

A pertinência dessa investigação está associada ao trabalho de gestão de coleções arqueológicas, usando como sustentáculo a documentação arqueológica e o vínculo estabelecido entre o processo de catalogação arqueológica e sua adaptação às diretrizes institucionais concernentes à gestão da informação do patrimônio arqueológico.

A abordagem aplicada a este trabalho é a dedutiva, partindo do processo de pesquisa arqueológica durante as intervenções para as particularidades associadas ao sistema numérico arqueológico, utilizando como procedimento o método monocrático. Nessa perspectiva, o texto aborda as pesquisas endossadas⁴ pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo cujos projetos interventivos tenham gerado coleções, tenham cumprido com os requisitos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de entrega de

¹ No primeiro texto, publicado no ENANCIB 2018, o trabalho ainda estava em fase germinal, trazendo agora nesta etapa os primeiros resultados relativos à coleta e análise de dados parciais.

² Relatórios parciais e finais das pesquisas, fotografias, diários de campo, mapas e croquis formam os dossiês elaborados pelos arqueólogos e encaminhados ao Museu junto com as coleções.

³ Termo associado a qualquer atividade arqueológica realizada em campo, que pode ser o monitoramento de uma obra, uma prospecção para análise inicial do potencial arqueológico de um local ou o salvamento do patrimônio arqueológico.

⁴ O endosso institucional é um documento expedido pela instituição de salvaguarda que garante o recebimento e acondicionamento dos produtos gerados pela pesquisa arqueológica, seja acadêmica, seja preventiva. De acordo com determinação da Portaria Nº 07 do Ministério da Cultura e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MINC/SPHAN) de 01/12/1988, esse documento visa a garantir a guarda e preservação do material coletado.

relatório final do projeto e tenham sido iniciados e finalizados dentro do recorte temporal de 2008 a 2017. Assim, direciona-se a atenção para os sistemas de numeração elaborados pelas equipes de pesquisa arqueológica e, caso tenham sido realizados, para o cumprimento das diretrizes institucionais relativas à gestão das coleções antes de depositá-las no museu.

2 COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS SOB TUTELA DO MUSEU JOAQUIM FELIZARDO (2008–2017)

O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo foi criado em 1979 pelo Decreto Municipal Nº 6598 e, desde 1982, passou a funcionar no Solar Lopo Gonçalves, no bairro Cidade Baixa (POSSAMAI, 2001). Tem sob sua guarda um acervo histórico com 1.300 peças que remonta ao final do século XIX e ao século XX, composto por mobiliário, objetos sacros, indumentária, instrumentos musicais, entre outros artigos; 20.000 fotos da cidade dos séculos XIX e XX, que compõem o acervo fotográfico; e 120.000 artefatos advindos de sítios arqueológicos pertencentes ao perímetro municipal ocupados nos períodos colonial e pré-colonial (GELMINI; TOCCHETTO; ZUBARAN, 2011).

As pesquisas arqueológicas que geraram coleções para a instituição começaram em 1993⁵, com o ingresso da arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto (BRASÍLIA, 2019) no quadro funcional do museu e a consequente abertura do seu Setor de Arqueologia. No total, a instituição abriga coleções advindas de 90 locais, entre 58 sítios arqueológicos (RS.JA⁶) e 32 áreas de ocorrências arqueológicas (AOA⁷), cujas siglas e nomes utilizados para identificação são atribuídos pelo próprio museu (PORTO ALEGRE, 2019).

Dentro do recorte temporal e metodológico adotado foram analisadas as documentações arqueológicas provenientes de pesquisas em onze sítios arqueológicos cujas coleções encontram-se sob a guarda do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. A listagem desses sítios, identificados por sigla e nome, e das informações relativas aos projetos, como nome, portaria de autorização e arqueólogo(a) responsável pela pesquisa, pode ser conferida no Quadro 1.

⁵ É importante ressaltar que, na década de 1990, Tocchetto foi responsável pelas pesquisas arqueológicas que receberam endosso institucional desse museu, e o próprio espaço onde está situado o museu, o Solar Lopo Gonçalves, foi um dos primeiros sítios arqueológicos investigados no projeto Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Ocupação Indígena no Município de Porto Alegre, sob a Portaria Nº 258 de 02/08/1993, registrado em 1993 e identificado como RS.JA-04.

⁶ RS-JA: Rio Grande do Sul – Bacia do Rio Jacuí.

⁷ AOA: Área de Ocorrência Arqueológica.

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Quadro 1: Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções entre 2008 e 2017.
(continua)

Sítio		Projeto	Responsável	Portaria
Sigla	Nome			
RS.JA-10	Praça Brigadeiro Sampaio	Plano de trabalho para monitoramento arqueológico junto à obra de instalação da linha de transmissão subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, Centro Histórico de Porto Alegre/RS ⁸	Alberto de Oliveira; Fernanda Tocchetto (Portaria) ⁹	Nº 06 de 22/03/2010
		Salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart, Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 29 de 08/07/2013
RS.JA-11	Cemitério da Igreja Matriz	Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria metropolitana-RS	Ângela Cappelletti	Nº 31 de 09/11/2012
RS.JA-16	Ponta do Arado	Diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo – Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 62 de 21/11/2014
RS.JA-67	Travessa Venezianos – Rede DEP/PMPA	Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do Município de Porto Alegre, RS	A. Cappelletti; F. Tocchetto	Nº 247 de 29/08/2006
RS.JA-70	Igreja Nossa Srª das Dores	Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores, Município de Porto Alegre, RS	Kelly de Oliveira	Nº 03 de 02/02/2009
RS.JA-71	Chácara do Comendador Ferreira de Azevedo	Pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, Bairro menino Deus – Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 24 de 24/07/2008 e Nº 06 de 12/03/2012
RS.JA-74	Lomba do Pinheiro 2	Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 42 de 06/01/2009
		Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do Município de Porto Alegre, RS	Tocchetto (Portaria); Clóvis Schmitz	Nº 06 de 22/03/2010
RS.JA-80	Interceptor do Salso-Bolognesi-Moradas da Hípica	Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso (DMAE) - Município de Porto Alegre/RS	Ângela Cappelletti	Nº 42 de 06/01/2009 e Nº 30 de 16/09/2011

⁸ Esse é um subprojeto da Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do Município de Porto Alegre, RS, sob coordenação da arqueóloga Fernanda Tocchetto.

⁹ Instrumento normativo usado pelo IPHAN para autorizar pesquisa arqueológica atendendo as determinações da Lei Nº 3924 de 26/07/1961 e da Portaria Nº 07 do MINC/SPHAN de 01/12/1988.

Quadro 1: Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções entre 2008 e 2017. (conclusão)

RS.JA-81	Chácara de Marciano de Souza Rocha	Diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala, Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 45 de 20/09/2013
		Programa de salvamento arqueológico – Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS	Kelli Bisohim	Nº 66 de 19/12/2014
RS.JA-82	Aterro da Fábrica Porcelanas Renner	Diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala, Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 45 de 20/09/2013
		Programa de salvamento arqueológico – Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS	Kelli Bisohim	Nº 66 de 19/12/2014
RS.JA-85	Arraial do Menino Deus- Rede Sulgás	Monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 53 de 03/10/2014

Fonte: Adaptado de Porto Alegre, 2018.

Nesse período foram realizadas treze investigações nos onze sítios arqueológicos acima relacionados, das quais apenas uma teve cunho acadêmico, no RS.JA-74, sob coordenação de Tocchetto. As demais pesquisas foram realizadas no âmbito da Arqueologia Preventiva, sendo oito delas coordenadas por Alberto Oliveira (uma como subprojeto de pesquisa da arqueóloga Fernanda Tocchetto), três por Ângela Cappelletti (uma delas com Tocchetto), uma por Kelli Bisohim e uma por Kelly de Oliveira. É interessante notar que, durante o processo de salvamento dos sítios RS.JA-81 e RS.JA-82 (2014), o responsável pelo registro dos sítios e pela pesquisa anterior, Alberto de Oliveira, coordenava a pesquisa que culminou no registro do sítio RS.JA-85. Por isso, o trabalho de coordenação do salvamento foi realizado por outra profissional.

2.1 Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos

Normalmente não é viável realizar pesquisas arqueológicas extensivas em todo o sítio, por falta de tempo e recursos. São usados critérios e métodos no reconhecimento da área com o intuito de eleger áreas menores, buscando uma amostragem confiável para as interpretações e conclusões (RENFREW; BAHN, 2015).

No caso das pesquisas analisadas, as estratégias foram empregadas de acordo com o tipo de investigação: o monitoramento avaliou os impactos de um empreendimento no patrimônio arqueológico; o diagnóstico teve como objetivo analisar o potencial arqueológico; utilizou-se ainda o salvamento, para registro e coleta de material.

A partir da análise dos trabalhos arqueológicos realizados foi possível detectar os seguintes critérios para a realização das intervenções de campo:

- 1) Pesquisa histórica realizada em fontes como mapas, imagens, depoimentos, documentos de registros de imóveis, entre outras;
- 2) Pesquisa com base nas imposições espaciais da arquitetura;
- 3) Antecipação da equipe de engenharia, o que significa para a equipe de Arqueologia flexibilidade total relacionada aos registros e às coletas;
- 4) Análise através do reconhecimento espacial por caminhamento, sistema de georreferenciamento ou outro método;
- 5) Pesquisa com base no trabalho empreendido pela empresa responsável pela obra de engenharia;
- 6) Pesquisa a partir dos resultados de pesquisas arqueológicas anteriores.

Como cada pesquisa é única e apresenta seus próprios desafios e limitações, esses critérios podem ser usados isoladamente ou articulados entre si. A análise individual dos contextos determina o peso de cada um desses parâmetros no momento de decidir qual método e estratégia adotar para a realização da investigação, como será descrito nos próximos parágrafos.

Os trabalhos realizados no sítio RS.JA-10, denominado Praça Brigadeiro Sampaio (2012), no sítio RS.JA-16, também conhecido como Ponta de Arado, e no empreendimento Melnick Even Opala, em 2013 – este localizou dois sítios arqueológicos: o RS.JA-81, conhecido como Chácara de Marciano de Souza Rocha, e o sítio RS.JA-82, denominado Aterro da Fábrica Porcelanas Renner –, foram fundamentados prioritariamente nas fontes históricas primárias (OLIVEIRA, 2012; 2013).

Duas das pesquisas efetuadas usaram como base as imposições espaciais da arquitetura: o sítio RS.JA-11, que passou por um monitoramento arqueológico sob responsabilidade da arqueóloga Ângela Cappelletti, numa área onde foram localizados restos mortais originários de enterramentos no Cemitério da Igreja Matriz, e o trabalho coordenado

por Kelly de Oliveira no sítio RS.JA-70 (Igreja Nossa Senhora das Dores) (CAPPELLETTI, 2013; OLIVEIRA, K., 2009).

Quando a equipe de engenharia se antecipa ao cronograma e não se articula com os(as) arqueólogos(as) responsáveis, impossibilitando o acompanhamento das atividades no canteiro de obras, a pesquisa fica limitada a tentar compreender o que as máquinas e os operários realizaram e procurar referências espaciais que auxiliem no registro e na coleta do material arqueológico. Isso aconteceu parcialmente na chácara do Comendador Ferreira de Azevedo (RS.JA-71), em que, apesar da análise a partir do reconhecimento espacial utilizando georreferenciamento, as obras de engenharia tiveram início dois meses antes da publicação da portaria que autorizava o projeto, em março de 2012, e no RS.JA-67 (Travessa Venezianos) (OLIVEIRA, A., 2009; TOCCHETTO, 2008).

Além do JA-71, foram amparadas no reconhecimento espacial as pesquisas no RS.JA-10, no RS.JA-16 e no RS.JA-80 (Interceptor do Salso-Bolognesi-Moradas da Hípica), por caminhamentos, e no Lomba do Pinheiro 2, sítio RS.JA-74, entre 2009 e 2010, tanto através de georreferenciamento como por caminhamentos. No entanto, no JA-80 e no JA-74, por se tratar de monitoramentos, o reconhecimento espacial foi combinado com a utilização das atividades de engenharia como embasamento para os trabalhos da equipe de Arqueologia (OLIVEIRA, 2011; 2012; 2016; CAPPELLETTI, 2011).

Outro trabalho respaldado nas obras realizadas pelo empreendedor foi o monitoramento arqueológico no bairro Menino Deus, que através de equipamentos mecânicos escavou pequenas áreas chamadas *tie-ins* e, por meio das análises e interpretações, resultou no registro do sítio RS.JA-85 (OLIVEIRA, 2015).

Por fim, o uso de pesquisas arqueológicas anteriores como alicerce para as atividades a serem desenvolvidas, quer pelo mesmo pesquisador(a) responsável, quer por outro, é comum se a investigação anterior apontar a necessidade de salvamento arqueológico ou aprofundamento da investigação em virtude da preservação do patrimônio. Isso ocorreu no JA-10 (2014), no JA-74 (2011), no JA-81 e no JA-82 (ambos de 2015) (OLIVEIRA, 2011; 2014; BISONHIM, 2016).

No que concerne à Arqueologia de Campo, dois métodos de escavação foram desenvolvidos: o denominado arbitrário e o estratigráfico. No primeiro, os sedimentos são retirados de qualquer jeito possível ou definindo-se previamente a profundidade das camadas escavadas; o segundo procedimento pressupõe os estratos arqueológicos como vestígios que

devem ser removidos considerando “sua forma e contorno individual” e, assim, a orientação do processo de retirada dos extratos é inversa à da ordem em que foram depositados (HARRIS, 1989).

Em relação aos trabalhos arqueológicos investigados, apenas dois sítios foram escavados por níveis naturais: RS.JA-10 na campanha de 2012, e RS.JA-74, em que, devido à estratigrafia simplificada, o método arbitrário previamente definido foi modificado para a retirada de camadas arqueológicas (OLIVEIRA, 2011; 2012).

Os sítios JA-11 e JA-70 foram escavados por níveis pré-estabelecidos. No entanto, no primeiro, durante o salvamento dos remanescentes ósseos da área onde havia uma concentração de ossos, o entrelaçamento em que se encontrava o material impossibilitou a retirada por níveis, quer naturais, quer artificiais, conforme visualizado na Figura 1 (CAPPELLETTI, 2013; OLIVEIRA, K., 2009).

Figura 1: Visão do mesmo nível da Concentração de Ossos.



Fonte: CAPPELLETTI, 2013, p. 21.

Em todos os outros sítios arrolados no Quadro 1 em que se realizaram escavações arqueológicas (excetuam-se o JA-67 e o JA-85), foi aplicado o método por níveis controlados, considerando também as camadas naturais, que foram registradas e utilizadas para a análise do contexto.

2.2 A organização espacial do sítio e o sistema de catalogação arqueológico

No Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, todos os números de registro do material coletado no sítio arqueológico iniciam pelo algarismo que identifica o sítio¹⁰, separado por um ponto do restante da numeração. Esta é definida de acordo com a localização onde o material foi recolhido e a ordem de remoção das camadas de cada um, que está diretamente relacionada com a forma com que a equipe de Arqueologia ocupa o espaço, assim como com a estratégia e o método de campo utilizados. A seguir, são explanados cada um dos casos analisados com suas particularidades, relacionando as formas de orientação do trabalho arqueológico com o registro numérico do material.

No empreendimento de instalação das linhas de transmissão subterrânea nas praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, a equipe de Arqueologia delimitou o espaço em nove trechos, sendo os cinco últimos circunscritos na área do RS.JA-10, praça Brigadeiro Sampaio, que é composta por dois contextos arqueológicos: um relacionado aos lotes da rua Vasco Alves, com números de catálogo entre 31 e 34, 37 e 39, e 43 e 55; e o outro correspondente a área de descarte do século XX, com numeração 40, 41, 42 e 56 (OLIVEIRA, 2012).

Os números de catálogos definidos e registrados no material arqueológico estão relacionados à localização por trecho e por nível de escavação, de forma que os fragmentos e artefatos encontrados em uma mesma camada, por exemplo nos primeiros 10 cm de escavação no mesmo trecho, receberam o mesmo número de registro (a título de ilustração, o número 5).

No sítio JA-11, o material coletado foi relacionado ao quadrante e à profundidade de origem. No entanto, em virtude de ameaça de desabamento da parede norte, os fragmentos ósseos mais longos e os crânios foram registrados, enquanto os fragmentos que estivessem entre os ossos com numeração tinham seu algarismo relacionado aos ossos retiradas da

¹⁰ Mesmo antes do estabelecimento do protocolo de incorporação de coleções, os pesquisadores responsáveis por investigações arqueológicas que recebessem endosso da instituição eram orientados a entregar as coleções com a catalogação de acordo com a praticada no setor de Arqueologia do museu.

camada menos profunda, a fim de não perder a área de procedência do material no sítio, de forma que o registro numérico dos “restos mortais que estavam entre o osso nº366 e o osso nº355 do quadrante nordeste localizavam-se entre 1,70 m e 2,12 m de profundidade” (CAPPELLETTI, 2013, p. 25).

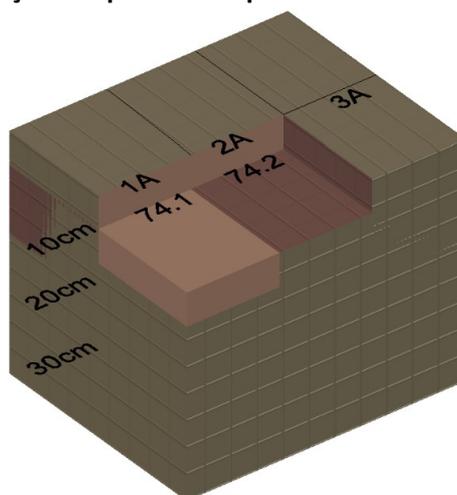
No sítio Ponta de Arado (JA-16), o número de catálogo dos artefatos está associado à localização, normalmente orientada pela proximidade das edificações evidenciadas na pesquisa e pela camada arqueológica onde foram recolhidos (OLIVEIRA, 2016).

As numerações de catálogo no sítio JA-67 (Travessa dos Venezianos) foram correlacionadas espacialmente com os números das residências em frente à localização onde os materiais foram encontrados. Como o empreendimento não possibilitou o registro arqueológico da profundidade em quase toda a área, apenas três foram feitos nesse intervalo de tempo, possibilitando a associação desse dado com o número de registro (TOCCHETTO, 2008).

No sítio arqueológico JA-70 (Igreja das Dores), a numeração está relacionada à localização da peça, tanto no que diz respeito à quadrícula quanto ao nível artificial de onde foi retirada. No entanto, como a sequência numérica está diretamente relacionada ao trabalho de intervenção da equipe de Arqueologia – que nesse caso, diferentemente do critério adotado nas pesquisas anteriores, não realizou aprofundamento contínuo dos níveis de cada quadrícula até a camada estéril para passar para outra –, a numeração passou a designar um número corrido para quadrículas diferentes, visto que um nível foi escavado em uma quadrícula 1A recebendo um número 74.1 (no nível 0–10 cm) e o número subsequente 74.2 na quadrícula 2A, também no nível de 0–10 cm, e não no nível 10–20 cm da quadrícula 1A (OLIVEIRA, K., 2009).

A Figura 2 ilustra bem a forma de rebaixamento das quadrículas realizadas no trabalho da Igreja das Dores, que prioriza o sentido horizontal, retirando um mesmo nível em todas as quadrículas para então seguir para a próxima camada.

Figura 2: Escavação de quadrículas priorizando o sentido horizontal.

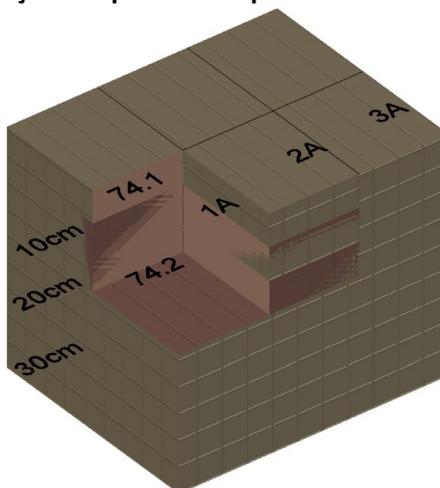


Fonte: Desenhado por Luciana Ballardo, 2019.

No sítio arqueológico da Chácara do Comendador Ferreira de Azevedo (JA-71), o número de catálogo é determinado primariamente pela sondagem e então por camada estratigráfica até o esgotamento do último nível arqueológico, passando os catálogos subsequentes à próxima intervenção com a correspondente subdivisão por camadas (OLIVEIRA, A., 2009).

A figura 3 demonstra a estratégia aplicada nos registros de catálogos realizados no material recolhido no JA-74 (Lomba do Pinheiro 2) sob a coordenação de Oliveira foram definidos a partir da data da recolha do material, “seguido da quadrícula e de cada nível/camada escavado, sendo catalogados todos os níveis escavados de uma quadrícula até passar à outra” (OLIVEIRA, 2011, p.9).

Figura 3: Escavação de quadrículas priorizando o sentido vertical.



Fonte: Desenhado por Luciana Ballardo, 2019.

Na pesquisa de 2011, sob coordenação de Tocchetto, a escavação foi realizada por rebaixamento dos níveis em diferentes quadrículas. Dessa forma, o número corrido está relacionado prioritariamente a uma mesma profundidade e, em seguida, à ordem das quadrículas escavadas, de forma semelhante à empregada no trabalho da Igreja das Dores com Kelly Oliveira (TOCCHETTO, 2013).

A catalogação das peças no RS.JA-80 (Interceptor do Salso-Bolognesi-Moradas da Hípica) seguiu a escavação dos níveis da mesma quadrícula até a camada estéril. Dessa forma, a numeração priorizou primariamente a quadrícula e posteriormente a profundidade das camadas (CAPPELLETTI, 2012).

Nos sítios JA-81 e JA-82, na intervenção de 2013 sob coordenação de Alberto Oliveira, a catalogação foi elaborada conforme a localização por subárea, sondagem e estrato, privilegiando a posição horizontal, ou seja, o ponto da sondagem, sinalizando com números contínuos as subdivisões de níveis existentes (OLIVEIRA, 2013).

Na pesquisa de 2016, a arqueóloga responsável utilizou como critério para a catalogação do material a localização por sondagem e por recolha. Logo, a numeração não correspondia apenas à localização, mas também estava diretamente relacionada a cada fragmento de acordo com a ordenação da remoção. “Portanto, a composição numérica de cada fragmento no sítio RS.JA-81 apresenta as seguintes informações: número do sítio (81), número do local escavado, por exemplo, sondagem 1 (1), e número de identificação do fragmento” (BISONHIM, 2016, p.490).

No sítio JA-85 foram coletados fragmentos e artefatos em 38 *tie-ins*, de modo que cada um deles corresponde a um número de catálogo sem considerar a posição vertical, seja por falta de referência a esse dado, seja porque a coleta foi realizada em um único nível, sendo essa informação apontada na própria documentação arqueológica.

No que concerne à documentação realizada no trabalho arqueológico, compreende-se que a catalogação do material relaciona o material coletado a determinada localização, que é direcionada pelo método e pela estratégia de pesquisa, definida pela forma com que o arqueólogo organiza espacialmente a área das atividades de campo.

No entanto, os algarismos inseridos nas peças e na documentação de campo e de laboratório não são individuais para cada fragmento e artefato; uma numeração adotada para determinada localização é marcada em todos eles, como se formassem um conjunto.

Embora na Arqueologia esse método de catalogação seja amplamente usado, para a Museologia cada objeto possui uma numeração única que o identifica. Desde uma das primeiras publicações sobre a temática no Brasil (CAMARGO-MORO, 1986, p.46), a “utilização de um número único para o registro de cada objeto” visa a proporcionar “uma melhor segurança das coleções”. Esse conceito está relacionado com a ideia de singularidade do objeto

dentro de uma coleção, identificado em suas múltiplas possibilidades de informação e numerado peça por peça, de forma completa, por meio do seu registro individual. É estabelecido um código único de inventário, representando o elemento básico de todo o sistema de identificação e controle do objeto (PADILHA, 2014, p.20).

No mesmo sentido, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC, 2014a, p.64) recomenda que “esta informação favorece a Segurança, a Responsabilidade e o Acesso. Sem o número de objeto, não é possível identificar um objeto ou relacioná-lo à sua respectiva documentação”. Por outro lado, o CIDOC insere a ideia de atribuir número ao conjunto quando admite que

Em coleções de ciências naturais ou arqueológicas, ou em outros acervos nos quais exista um grande número de espécimes ou objetos semelhantes agrupados, o número do objeto poderá ser atribuído a um subgrupo ou lote de objetos, sem diferenciar os objetos individualmente (CIDOC, 2014a, p.64).

Um passo em direção a compreender a forma de numeração pensando em conjuntos de objetos foi dado pela CIDOC. Isso é altamente contraditório, pois, ao mesmo tempo que o documento da CIDOC concorda com Camargo-Moro que cada objeto é único e deve utilizar um único algarismo para sua identificação, interpreta que, se existe um grande número de objetos semelhantes, não é necessária a identificação individual, ou seja, as justificativas seriam o quantitativo e a similitude.

No entanto, no tratamento de conjuntos de coleções arqueológicas é preciso considerar o que realmente direciona o trabalho realizado no campo da Arqueologia: a importância da localização. O conjunto de fragmentos e objetos não recebe o mesmo número por semelhança ou apenas pelo quantitativo, mas porque foi recolhido numa mesma posição no sítio arqueológico.

Cabe ressaltar inclusive que, a depender do tipo de sítio arqueológico, pode ocorrer que na mesma quadrícula e camada sejam recolhidos materiais diversos como ossos, metais, cerâmicas e uma infinidade de outros artefatos e fragmentos que seriam registrados com o

mesmo número, não por “semelhança” ou pelo “grande número”¹¹, mas por estarem na mesma posição relacional dentro do sítio arqueológico.

Nesse sentido, considera-se pertinente a sugestão de que, no caso de

Materiais provenientes de escavações arqueológicas com conjuntos internos e complexos de recolha (ex.: sistemas de quadriculagem, camadas naturais ou artificiais, unidades estratigráficas mínimas, etc. etc.) – expressão quadrimembre: Ano de incorporação/Referência interna do sítio/Numeração do conjunto de proveniência dentro do sítio/Número sequencial. A informação relativa ao conjunto deve, sempre que possível, respeitar os registros da escavação arqueológica (RAPOSO; MARTINS; CORREIA, 2000, p.26).

Obviamente, não se deve compreender a sugestão como uma receita pronta¹², tampouco que se deva sempre aplicar um sistema de numeração com quatro subdivisões com as referidas informações aplicadas pelos autores. Interessa aqui a relevância da localização na identificação e no registro dos bens arqueológicos, visto que os algarismos são atribuídos na pesquisa arqueológica a uma posição espacial do sítio.

Dessa maneira, a numeração procedida nas pesquisas analisadas foi relacionada a uma localização, como anteriormente exemplificado nas Figuras 2 e 3. Cada um dos objetos e fragmentos encontrados naquela localização é como parte de uma unidade (um conjunto) e, portanto, recebe uma numeração única, ainda que relacionada à numeração principal da localização, em harmonia com o que defendem os autores portugueses ao utilizarem uma numeração para o conjunto recolhido na mesma localização e, a seguir, numeração sequenciada.

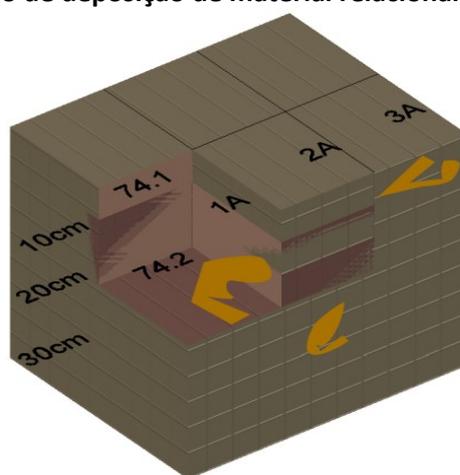
Na documentação na esfera museológica isso ocorre comumente em distintos tipos de coleções, mas talvez uma das mais comuns seja a das artes decorativas. Como exemplo, uma cuscuzeira composta por uma parte inferior, outra superior e uma tampa cujo número no Museu Mineiro é MMI.990.0859 tem cada uma das partes que a constituem subdivididas com o acréscimo de uma letra sinalizando que integram um todo, numeradas respectivamente como MMI.990.0859a, MMI.990.0859b e MMI.990.0859c (CÂNDIDO, 2006).

¹¹ É importante explicitar que o grande quantitativo de material recolhido é selecionado pela pesquisa arqueológica. Portanto, essa etapa do processo de musealização está nas mãos da equipe de Arqueologia, que, quando procede à coleta, deve decidir, de acordo com o critério do estudo, o que deve integrar a coleção incorporada pelo museu.

¹² Cabe ainda a menção de outras alternativas que buscam integrar os sistemas de numeração da Arqueologia e da Museologia: CIDOC (1992), que trabalha com as referências de identificação adotando três dados, o número de inventário do museu, a referência da localização da camada ou estrato e o número atribuído na intervenção de campo; e o Museum of London (1994), que associa o registro do artefato diretamente ao número do sítio e do contexto (localização) no sítio arqueológico.

Para as coleções arqueológicas isso poderia ser adaptado para uma subdivisão com números, em virtude do quantitativo elevado de fragmentos e artefatos que podem sair de uma mesma localização. Como exemplo, quinze fragmentos retirados da quadrícula 1A, com o número 74.2 (camada 2), podem ser subdivididos em 74.2.1, 74.2.2 e assim sucessivamente, estes, por sua vez, podem ser parte de remontagens com fragmentos de outras quadrículas, por exemplo, a 2A com o número 75.3 (camada 3) e a 3A com o algarismo 76.1 (camada 1). O recurso ilustrativo na Figura 4 permite visualizar o arranjo deposicional da área.

Figura 4: Recurso ilustrativo de deposição de material relacionando o espaço e a numeração.



Fonte: Desenhado por Luciana Ballardo, 2019.

Essa abordagem une as áreas de Arqueologia e Museologia na catalogação do material¹³, permitindo a manutenção da individualidade das peças, articulando-as com o local onde foram recolhidas no sítio arqueológico e atendendo ao mesmo tempo os critérios utilizados na pesquisa arqueológica, considerando e respeitando os parâmetros de registro dela e a prerrogativa de singularidade que cada objeto tem dentro do universo museológico, ainda que seja um fragmento.

Além disso, a abordagem auxilia a pesquisa arqueológica no sentido de que, por exemplo, em caso de remontagem de objetos fragmentados, o controle sobre fragmentos de uma mesma localização e suas relações com outros espaços permite uma melhor análise espacial e interpretação do sítio, além de tornar mais completo o sistema de gestão de

13 Outras propostas de classificação do material arqueológico foram implementadas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA) e também no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), assim como, no Laboratório de Estudos, Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL) (BALLARDO, 2013).

informação no campo museológico, o que possibilita maior articulação com o conhecimento produzido pela Arqueologia.

2.3 Diretrizes para a incorporação de coleções arqueológicas

Apesar de a incorporação¹⁴ de coleções arqueológicas no Museu Joaquim Felizardo ocorrer desde a década de 1990, foi apenas em novembro de 2016 que a instituição passou a reger a forma de aquisição e incorporação dessas coleções por um instrumento normativo: o protocolo de ingresso de acervo arqueológico, cuja versão atual é de abril de 2018.

Esse protocolo se fez necessário em virtude das dificuldades de gerenciamento das coleções provenientes de diferentes pesquisas com empresas que empregavam métodos de trabalho muito distintos e entregavam cada material com sua própria forma de catalogação. Isso tornou imprescindível a elaboração de parâmetros para o registro do material a ser incorporado na instituição, tentando garantir dessa forma o mínimo de padronização necessária para o tratamento das coleções no âmbito museológico.

Criado pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, o documento atende a Portaria Nº 07 de 1988 do Ministério da Cultura e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MINC/SPHAN), a Instrução Normativa Nº 01 de 2015 da Secretaria Municipal de Cultura e as orientações da Portaria Nº 196 de 2016 do IPHAN, utilizando como parâmetro o Manual de Conservação Preventiva do acervo arqueológico da instituição, assim como a praxis da documentação no âmbito museológico no setor. Antes de se adentrar nas prerrogativas do protocolo, apresenta-se brevemente o teor dos documentos que lhe serviram como fundamentação.

A Portaria Nº 7 de 1988 do MINC/SPHAN trata da regulamentação e fiscalização das atividades arqueológicas realizadas no território nacional, estabelecendo os dados que devem constar nos projetos de pesquisa assim como a documentação de cunho arqueológico que deve ser gerada e entregue junto com os relatórios técnicos parciais e finais.

A Instrução Normativa Nº 01/2015, instituída pela Secretaria de Cultura do município, tem como principal propósito definir as diretrizes para a emissão de endosso relacionado ao

¹⁴ No Brasil, todo achado arqueológico é bem da União. As principais leis que regulam o acesso e intervenção em sítios arqueológicos indicam que a autorização deve ser submetida à apreciação do IPHAN e que a coleta deve ser direcionada no âmbito de projetos aprovados apenas para instituições e organizações reconhecidas (universidades ou empresas de Arqueologia de contrato). Os museus que têm a tutela de bens arqueológicos possuem permissão concedida pelo IPHAN para tanto (CIDOC, 2014b).

ingresso de material arqueológico, seja por projeto de licenciamento ambiental, seja por meio de pesquisa acadêmica. O documento trata das questões relativas às atribuições do museu municipal, aos trâmites do processo, ao material arqueológico e às contrapartidas por meio de doações.

O artigo sétimo da normativa estabelece as condições em que devem ser apresentados os materiais: higienizados, registrados, marcados, arrolados, pesquisados, interpretados e acondicionados, acompanhados da documentação produzida em campo e em laboratório, “como diários de campo, imagens, desenhos, plantas, croquis, fichas de análise, fichas de catálogo, entre outras, relatórios parciais e final, em versão impressa e digital” (PORTO ALEGRE, 2015, art. 7).

No caso da Portaria Nº 196 de 2016 do IPHAN, o objetivo é estabelecer as diretrizes concernentes à preservação do patrimônio arqueológico e criar “o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel” (BRASIL, 2016).

Dessa forma, alicerçado nessas instruções, o protocolo de ingresso elaborado pelo museu municipal porto-alegrense considera imprescindível a entrega da documentação arqueológica¹⁵ gerada durante a intervenção e posteriormente no laboratório, junto com o material coletado e o arrolamento com prescrições específicas adotadas pela instituição, além de relatórios parciais e finais, dossiês relativos aos procedimentos de conservação firmados por profissional da área e formulário de cadastro do sítio arqueológico do IPHAN.

Nesse documento ficam estabelecidas as normas para registro e marcação das coleções para ingressar no museu de acordo com os critérios que são utilizados no setor de Arqueologia. Para isso, o registro deve constar de no máximo três números, sendo o primeiro deles, obrigatoriamente, o número de identificação do próprio sítio arqueológico, com a finalidade de incluir esses dados no Sistema de Gestão e Informação Arqueológica¹⁶ e no Pergamum, base de dados utilizada na gestão museológica do acervo do museu. De acordo com o protocolo, o número de registro também deve estar presente em outros documentos

¹⁵ Dentre estes, os “diários de campo (manuscritos a lápis e/ou impressos), registros audiovisuais, desenhos, plantas, croquis, fichas de análise, fichas de catálogo e/ou inventário, laudos laboratoriais” (PORTO ALEGRE, 2018).

¹⁶ *Software* desenvolvido para a gestão dos dados arqueológicos gerenciados pelo Museu Municipal de Porto Alegre (TOCCHETTO; PEREIRA; LEVEMFOUS, 2006).

gerados no contexto arqueológico, a saber, a ficha de catálogo e a ficha quantitativa de material.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados coletados confirmou-se a inter-relação entre a numeração catalográfica na pesquisa arqueológica e a organização espacial realizada pela equipe, antes (pesquisa de gabinete), durante (pesquisa de campo) e depois (pesquisa no laboratório) das atividades desenvolvidas no sítio arqueológico.

Nesse estudo de caso percebe-se que o que determina a numeração são os métodos e estratégias de intervenção e os parâmetros criados pela instituição. Além disso, o número de catálogo na Arqueologia está ligado ao contexto e o conjunto de artefatos é visto como um todo sem necessidade de desmembramento, diferentemente da documentação realizada em Museologia.

No entanto, apesar da articulação e do esforço que a instituição vem traçando para um trabalho interdisciplinar que considere aspectos de diferentes áreas relacionadas, não apenas a Arqueologia e a Museologia, mas também a Conservação, a numeração final dentro do Museu Joaquim Felizardo, adequada às normas do setor de Arqueologia, permanece na esfera arqueológica e, portanto, não há numeração no âmbito da documentação museológica realizada a partir desta, evidenciando-se a necessidade do aprofundamento progressivo entre os profissionais dessas áreas.

REFERÊNCIAS

BALLARDO, L. O. M. **Documentação museológica**: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. 2013. 125f. Dissertação (Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

BISONHIM, K. Programa de Salvamento Arqueológico Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: s.n., 2016. 584p. (Relatório técnico final).

BRASIL.IPHAN. Portaria n°. 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa o

XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019
21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC

Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 97, Seção 1, p. 84, 23 maio 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 1961.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 1988.

CAMARGO-MORO, F. **Museu: Aquisição/Documentação. Tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais**. 1. ed., Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 309 p.

CÂNDIDO, M. I. Documentação Museológica. **Caderno de diretrizes museológicas**. v. 1, 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: SEC/SM, p. 31-90, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

CAPPELLETTI, A. M. **Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da arquidiocese de Porto Alegre, sede da cúria metropolitana – RS**. Porto Alegre: s.n., 2013. 101 p. (Relatório Técnico).

CAPPELLETTI, A. M. **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso**, Porto Alegre: s.n., 2011. 140 p. (Sondagens e Monitoramento – Vol. 1)

CAPPELLETTI, A. M. **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso**, Porto Alegre: s.n., 2012. 75 p. (Relatório de Pesquisa – Vol. 2)

CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. **Informações sobre a Doutora Fernanda Bordin Tocchetto**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1711975071067398>. Acesso em: 30 jun. 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC/ICOM-BR). **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC/Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Conselho Internacional de Museus (ICOM)**. Tradução: Roteiro Editoração e Documentação; revisão técnica: Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014a.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC/ICOM-BR). **Spectrum 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido / Collections Trust**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014b. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência; v. 2).

GELMINI, A. C.; TOCCHETTO, F.; ZUBARAN, M. A. **O solar que virou museu: memórias e histórias**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/08/Cat%C3%A1logo-O-solar-que-virou-Museu_2018.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC/ICOM). **International Core Data Standard for Archaeological Objects** / Tools & Practices - Standardisation tools. Paris: International Committee for Documentation, 1992. (Security & Prevention).

MUSEUM OF LONDON. **Archaeological site manual**. 3 ed., London: Museum of London, 1994. 128 p.

OLIVEIRA, A. T. D. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo, Município de Porto Alegre / RS**. Porto Alegre: s.n., 2016. 249 p. (Relatório Técnico).

OLIVEIRA, A. T. D. **Pesquisa Arqueológica junto à obra de Ampliação do Shopping Praia de Belas – Etapa Prospecção, Bairro Menino Deus – Município de Porto Alegre / RS**. Porto Alegre: s.n., 2009. 48 P. (Relatório de Pesquisa).

OLIVEIRA, A. T. D. **Plano de trabalho para Monitoramento Arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio – Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: s.n., 2012. 206 p. (Plano de Trabalho).

OLIVEIRA, A. T. D. **Salvamento Arqueológico para Duplicação das Avenidas João Goulart e Loureiro da Silva, Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: s.n., 2014. 99 p. (Relatório Técnico).

OLIVEIRA, A. T. D.; MEIRELLES, P. V. M. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento Arqueológico Intensivo para instalação do empreendimento Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: s.n., 2013. 151p. (Relatório de pesquisa).

OLIVEIRA, A. T. D.; SCHMITZ, C. L. M. **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: s.n., 2011. 112 p. (Relatório técnico final).

OLIVEIRA, K. **Pesquisa arqueológica na Igreja de Nossa Senhora das Dores, Município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: s.n., 2009. 48 p. (Relatório Técnico).

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Instrução Normativa de 25 de novembro de 2015. Estabelece diretrizes para a Emissão de Endossos Institucionais para guarda de remanescentes arqueológicos no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Diário Oficial de Porto Alegre**, v. 20, n. 5138, 24 nov. 2015.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Mapa do acervo arqueológico 1993–março 2018**. [Elaborado pelo Setor de Arqueologia]. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, 2018.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Protocolo de ingresso de acervo arqueológico**. [Elaborado pelo Setor de Arqueologia]. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, 2018.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Sítios e Ocorrências Arqueológicas (OA)**. Porto Alegre: SMC, 2019. Disponível em: http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2019/05/REGISTRO-DE-S%C3%8DTIOS-e-AOA_atualiza%C3%A7%C3%A3o-maio-2019.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

POSSAMAI, Z. R. **Nos bastidores do Museu: Patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST edições, 2001.

RAPOSO, L.; MARTINS, A. S.; CORREIA, V. **Arqueologia: Normas de Inventário**. 1. ed., Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology Essentials Theories, Methods and Practice**. 3. ed. London: Thames & Hudson, 2015.

TOCCHETTO, F. B. **Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre — RS**. Porto Alegre: s.n., 2008. 42 p. (Relatório Técnico).

TOCCHETTO, F. B. **Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: s.n., 2013. p. 40-55 (Relatório de Pesquisa).

TOCCHETTO, F. B.; PEREIRA, J. A.; LEVEMFOUS, F. Arqueologia urbana de Porto Alegre: o sistema de gestão e informação arqueológica. In: ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 5., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SAB/Sul, 2006.